

Setor público avança, mas ainda não cumpre cotas

Natalie Catuogno Consani

Na esfera pública, tem diminuído a distância entre a realidade de pessoas com deficiência e o que de fato manda a lei.

Na avaliação de especialistas no tema, tornaram-se mais raros os casos em que, na prática, os concursados se deparam com a total falta de condições de trabalho ou encontram dificuldades para assumir o cargo.

Hoje, se discutem no âmbito legal temas mais "sofisticados", como se um servidor deficiente sujeito a ser deslocado para regiões afastadas deve ou não ser enviado a essas localidades.

Também em consonância com esse avanço, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) decidiu, em outubro, pela obrigatoriedade de reserva de vagas para juízes -e não apenas para outros servidores da Justiça.

"É uma resolução que vincula as decisões tomadas pelos tribunais", explica Rui Stoco, conselheiro do CNJ. Segundo ele, o órgão recebia muitas ações questionando tribunais sem cotas para deficientes.

Alguns tribunais se adiantaram à medida. O Tribunal Regional Federal (terceira região) instituiu reserva para juízes em 2007. Já o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná estendeu essa cota a todos os cargos.

Longo caminho

O cenário é de avanço, mas há muito a ser conquistado. Segundo a procuradora da República Eugênia Gonzaga Fávero, a meta do Ministério Público Federal é alcançar efetivamente 5% de deficientes nos quadros do serviço público -o que não acontece atualmente.

Isso se deve a vários fatores, apontam os especialistas, como o tempo de vigência da lei, a adesão tardia à reserva de vagas e a falta de acesso à educação.

"Na esfera federal, a Procuradoria Geral da República, em Brasília, já solicitou formalmente ao Poder Executivo que faça o levantamento [do número de funcionários públicos deficientes]", ressalta Fávero.

A procuradora destaca também a importância de outros órgãos, como a Polícia Federal, se tornarem mais inclusivos. "O deficiente precisaria pelo menos ter o direito de prestar o concurso e se submeter à prova física. E se ele passar?", indaga.

Já a Polícia Federal diz que reserva vagas para o que chama de "carreiras de apoio", mas que é impossível fazer isso para quem pode ser chamado para atuar em missões em campo.

'Não será uma escada a me parar'

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Desde novembro de 2007, o psicólogo Rafael Nogueira de França, 26, está estudando para a prova da Receita Federal.

Cadeirante, França explica que uma das maiores dificuldades que enfrenta é a locomoção. Para chegar ao cursinho, conta, tem de utilizar o seu carro, uma vez que o transporte público, segundo ele, "não está adaptado a contento".

Ele ressalta que não se preocupa com acessibilidade no futuro emprego público. "Se eu passar no concurso, não será uma escada a me parar", diz.

Procura cresce 100%

No Cespe-UnB, organizador de concursos públicos, houve aumento de mais de 100% nas inscrições em vagas reservadas para deficientes entre 2007 e 2008.

Segundo Marcus Vinicius Soares, coordenador acadêmico do Cespe, a alta foi bem superior à que ocorreu nas inscrições no geral — de 20%.